

DISCURSO DE TOMADA DE POSSE

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Uma primeira palavra para agradecer a vossa presença nesta cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos sociais da FPN, neste tempo conturbado.

Devo destacar, como imperativo de gratidão, o legado de desenvolvimento que estes órgãos sociais receberam dos anteriores, que hoje cessam funções na FPN. Por isso o nosso agradecimento público, em especial a todos quantos tornaram possível este percurso. Aos membros cessantes, da direção da FPN, restantes membros dos órgãos sociais da FPN, aos funcionários da FPN, ao corpo técnico, aos grupos de missão, às comissões técnicas de modalidade e de programas, às associações territoriais e de classe, treinadores; árbitros e aos dirigentes associativos de outras modalidades e organizações desportivas e não desportivas, governamentais e não-governamentais, a todos o nosso muito obrigado pelo apoio e pela manifestação de solidariedade no desenvolvimento dos projetos comuns.

Foi graças a todos vós que conseguimos, neste processo, indicadores de produtividade institucional, invejáveis no panorama das OD's em Portugal:

I. A massificação e a democratização do acesso à prática desportiva, não só do número de praticantes, mas também de técnicos, árbitros e clubes;

II. A melhoraria do posicionamento da FPN no “ranking” das federações desportivas nos dois parâmetros de análise: Desenvolvimento da Prática Desportiva onde passamos para 1º entre todas as organizações desportivas com utilidade pública desportiva; Alto Rendimento e Seleções Nacionais, onde passamos para 2º lugar, de forma estável, nos 4 anos do mandato da atual Direção.

Ao nível dos resultados Desportivos, apesar de um ano perfeitamente atípico para a avaliação dos resultados desportivos, com a pandemia COVID-19, existe uma série de outros indicadores que atestam a evolução gradativa dos resultados desportivos.

Na natação pura desportiva, um salto qualitativo avaliado pelas classificações nas diferentes edições dos campeonatos de europa em piscina longa (2016, Londres; 2018, Glasgow) e piscina curta (2017, Copenhaga; 2018, Glasgow), e com a recente qualificação com mínimos A

para os jogos Olímpicos de Tóquio de 5 nadadores, Ana Catarina Monteiro, Alexis Santos, Tamila Holub, Diana Durãese Gabriel Lopes (o máximo eram 2 nadadores no rio Janeiro, 2016) e mais 4-6 nadadores com oportunidades objetivas de atingir este objetivo (Vitória Kamisnkaya, Joao Vital, Miguel Nascimento, José Lopes, Rafaela Azevedo e Diogo Carvalho) sendo que este mínimo equivale ao 14º classificado dos últimos jogos olímpicos.

A nível da formação para o alto rendimento desportivo, nomeadamente nos campeonatos europeus de juniores, um dado significativo, a obtenção de 3 medalhas em 4 edições, alcançadas pelas nadadoras Tamila Holub (2016, ouro 1500m livres e prata 800m livres) e Rafaela Azevedo (2019, 100m costas). Fomos, de forma consistente, a 8ª melhor equipa da Europa, em 52, com classificações de final e semifinal.

Nas águas abertas, os resultados tiveram o seu momento mais importante no Campeonato do Mundo Absoluto, momento onde foram atingidos as melhores classificações e os melhores resultados de sempre. De relevar ainda o trabalho de afirmação internacional da nossa nadadora Angélica André, quer no circuito europeu, quer mundial, indiciador de um mais que provável apuramento para os jogos Olímpicos de Tóquio.

No polo aquático de relevar a implementação do plano de desenvolvimento da disciplina com a introdução do plano nacional de talentos e a estruturação das diferentes seleções nacionais sub-12/14; sub-15; sub-17; sub-19 e absolutas.

As equipas absolutas têm estado presentes em todas as qualificações para o Campeonato da Europa desde 2016. Destaque para o ano de 2018 e 2019 onde fomos contemplados com a organização do Campeonato da Europa e do Mundo Júnior feminino, no Funchal na Madeira. De realçar o excelente resultado da equipa A masculina que venceu, em 2019, o Torneio das Nações.

A natação Artística, ao longo dos últimos quatro anos, tem apresentado um crescimento sustentado evidente a nível nacional e internacional. Esses dados refletem-se no aumento do número de competições internacionais em que as nossas seleções nacionais participaram. As pontuações e classificações alcançadas no Campeonato do Mundo 2019 foram as melhores de sempre. Verificou-se, desde 2016 e o início do projeto de preparação para o apuramento olímpico Tóquio 2020, uma evolução de 6,6 pontos na coreografia de dueto livre (corresponde a 109%) e de 8,7 pontos na coreografia de dueto técnico (corresponde a 113%). Estes resultados fazem-nos sonhar com o possível apuramento olímpico a acontecer em março de 2021.

Na natação adaptada, assistimos ainda à consolidação das três Seleções Nacionais das diferentes categorias de deficiência, a saber: Seleção de Natação Adaptada WPS (Paralímpica), Seleção de Natação Adaptada Surdolímpica e Seleção de Natação Adaptada DSISO. Estas seleções conquistaram resultados de relevo, destacando-se a obtenção de 71 medalhas em 4 anos (10 em 2016, 27 em 2017, 12 em 2018 e 22 em 2019) considerando somente as competições principais da época (Europeus e Mundiais), assim como, o aumento do número de nadadores incluídos nos Projetos de elite (Paralímpico e Surdolímpico), e a evolução positiva demonstrada pelo número de novos recordes nacionais em cada competição internacional.

Na formação de recursos humanos, implementamos toda a atividade de formação de treinadores, do Programa Nacional de Formação de Treinadores, com destaque para os cursos de formação inicial para treinadores de desporto de grau I, grau II e grau III de Natação, Natação Pura, Natação Artística e Polo Aquático. Entre 2016 e 2019 foram organizados 17 cursos de treinadores de grau I, 2 cursos de treinadores de grau II e 1 curso de treinadores de grau III.

Estamos a finalizar os referenciais de grau IV. Aprovamos os referenciais referentes ao processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), grau I e grau II. Entre 2017 e 2019 foram finalizados 97 processos.

Lançamos uma iniciativa editorial de impacto lusófono com a revista Aqualusa numa estreita colaboração com a APTN e outras federações de natação dos países da CPLP.

No âmbito da sustentabilidade financeira, é de destacar o cuidado extremo que a FPN colocou, porque é uma das preocupações fundamentais de qualquer estrutura organizativa que dependa de dinheiros públicos, na criação de condições para que as verbas fossem destinadas às atividades, num clima de contração financeira, principalmente as que decorrem da incerteza resultante do quadro de financiamento global pela COVID-19. Neste ciclo, a percentagem de receitas decorrentes do financiamento público, contratos regulares/extraordinários IPDJ/COP/PPP, baixou de 67% para 35% entre 2016 e 2019, reduzindo a dependência dos subsídios estatais no orçamento da FPN, sendo que a percentagem de receitas próprias no financiamento total da instituição aumentou para 65%, refletindo uma maior fatia de geração da atividade no orçamento global da FPN.

Vamos iniciar um novo ciclo num período de incertezas e de alarmismo social justificado, devido ao surto da COVID-19, que de uma forma direta ou indireta nos afetou a todos.

Não existiam quadros de referência comparativos, onde se pudesse balizar a bondade e/ou justeza das decisões políticas em face de um quadro de previsão desconhecido e de contornos incontroláveis, nas diferentes esferas de intervenção e as suas organizações.

Foram momentos de angústia que todos, pessoal e institucionalmente, vivemos, entre o alarme social decorrente da pandemia em Portugal, passando pelas sucessivas declarações do estado de emergência por parte do governo de Portugal; até ao anúncio público do adiamento dos jogos olímpicos/paralímpicos (30 março de 2020); o início do desconfinamento (30-04-2020); e o regresso à normalidade possível na nossa atividade pessoal e desportiva.

De relevar:

1. A atitude responsável, compatível com o alarme social, de cancelamento, suspensão e/ou adiamento das competições desportivas, estágios, concentrações, treinos e participações internacionais, por parte da generalidade das organizações desportivas, federações desportivas (FD's), associações territoriais (distritais e/regionais/insulares) de clubes, sem que qualquer recomendação por parte da tutela fosse feita neste âmbito;
2. A atitude proactiva da generalidade das organizações desportivas (OD's), que tutelam as atividades (desportivas), em disseminar as recomendações dos organismos de saúde e entidades internacionais (OMS) e nacionais (DGS), relativas às atitudes comportamentais compatíveis com este quadro de contingência social e surto pandémico;
3. A atitude diligente por parte destas OD's com recomendações, num contexto de um isolamento profilático voluntário, para o exercício físico e atividade desportiva com propostas de esquemas de atividade para atenuar o destreino considerável.
4. A necessária e rápida implementação de medidas de transformação digital nas OD's, permitindo quer a coordenação de atividades a distância quer, ainda, a formação a distância como forma de mitigar os efeitos devastadores desta pandemia.

A FPN tem a perfeita noção de que nem tudo o que foi feito foi bem feito. Há decisões que são tomadas e que no momento parecem as melhores e que depois se verifica que não. Mas, isso só sucede a quem tem de decidir

os destinos de uma modalidade com as responsabilidades e estrutura organizativa complexa que tem.

Complementarmente urge uma resposta do Governo.

A realidade é que após quase 3 meses de paragem (março a maio 2020) e 4 meses de retoma progressiva (nalguns casos), o desporto tem iniciado com muitas restrições e limitações a sua atividade, não obstante as confusões desnecessárias decorrentes da falta de coordenação manifesta entre a tutela do desporto e a DGS aquando da publicação das orientações (36/2020) para a atividade física e o desporto.

Urge colmatar o severo impacto das medidas de contingência e controlo da pandemia por COVID-19 no desporto, a exemplo do que sucedeu nos restantes países europeus onde o desporto é atendido e reconhecido com medidas concretas, extraordinárias e específicas de combate aos prejuízos, conforme diretivas europeias: do Conselho, da Comissão e do Parlamento Europeu, para mitigar o impacto da crise, fundamentalmente ao nível dos clubes, completamente ignorados no Programa de Estabilização Económica e Social, onde foram enquadrados nos regimes aplicáveis a quaisquer outras empresas.

Não chega o anúncio da retoma da prática desportiva, desde a formação até ao alto rendimento desportivo, apesar de esta ser uma condição *sine qua non* de sustentabilidade dos clubes, porquanto as condições em que se concretiza a retoma, na exata medida das recomendações da DGS, com controlo de riscos sanitários associados, torna insustentável a sua existência, não só pelos prejuízos decorrentes da paragem de quase 7 meses, mas pelos custos excessivos do reinício, sem medidas de apoio urgentes.

Minhas Senhoras e meus Senhores, O mandato que hoje se inicia abre um novo ciclo estratégico. Saberemos ouvir. Da mesma maneira, e com abertura de espírito, nunca invocaremos a tolerância democrática para adiar a resolução de problemas, para protelar decisões ou para atrasar soluções.

Propomos, neste ciclo, concretizar dez prioridades principais, para além da de manter a natação como a modalidade com os maiores índices de prática desportiva de acordo com os indicadores métricos do IPDJ, nos últimos 4 anos consecutivamente:

1. Assumir a natação em Portugal como a atividade desportiva com os maiores valores de prática sistemática a nível nacional, quer pelo aumento do nº pessoas no universo da prática, para a meta dos 200.000 Praticantes,

mas também pela institucionalização, nos diferentes níveis de intervenção política, da competência aquática como conteúdo curricular obrigatório na rede escolar do 1º ciclo do ensino básico, dos subsistemas público e privado;

2. Garantir as condições para a implementação de programas de prática generalizada da natação, ao longo da vida, com projetos de desenvolvimento desportivo (local, regional, interterritorial, nacional);

3. Reestruturar a matriz técnica de suporte aos programas de atividade, visando o aumento da competitividade, internacionalização e grau de exigência das competições em todas as disciplinas desportivas tuteladas pela FPN;

4. Aprofundar a estratégia de promoção dos talentos desportivos, quer com a reformulação dos planos de desenvolvimento da carreira, quer pela reestruturação, para cada disciplina desportiva, da estratégia de implementação dos centros de formação e treino pontuais e regulares, desde a formação até ao alto rendimento desportivo;

5. Continuar com a estratégia definida no âmbito do plano nacional de formação, em convergência com associações territoriais e expectativas dos formandos, investindo nos recursos humanos da FPN e At's associadas e formação de dirigentes desportivos, em conformidade com o processo de certificação de clubes;

6. Continuar com o processo de aproximação dos resultados da natação portuguesa à elite mundial, procurando:

a. A participação assídua em provas internacionais, reforçando o apuramento para os grandes campeonatos continentais no polo aquático e natação artística;

b. A obtenção de lugares de pódio na natação adaptada;

c. A consolidação dos lugares de final europeia e mundial e obtenção de medalhas nas grandes competições internacionais nas disciplinas de natação pura e de águas abertas;

7. Instituir uma cultura de exigência, transparência e confiança nos agentes desportivos, orientada para a melhoria contínua para alcançar a excelência competitiva, estabelecendo metas, objetivos, padrões e condições para o resultado desportivo internacional e sistema de preparação desportiva;

8. Criar condições de organização estrutural e funcional da FPN para que a atividade seja sustentável e consiga gerar recursos próprios para

investimento na atividade desportiva da FPN, independentemente dos contratos programa com a tutela, pela:

a. Reorganização estrutural e funcional da FPN, desmaterializada, com a edificação partilhada de uma nova sede social: Campus Aquático Nacional”

b. Reorganização funcional FPN, racionalizando os recursos existentes, direcionando-os para os programas de atividade com uma constante e efetiva monitorização da sua eficácia e eficiência em prol do alcance dos objetivos propostos.

c. Semiprofissionalização da direção da FPN, dos eventos e das organizações desportivas;

d. Promoção, Comunicação e Marketing, focando a atenção nos principais agentes da modalidade, mediante uma política baseada em campanhas e eventos destinados a targets específicos, aumentando a capacidade de captar receitas próprias da Federação;

9. Promover e desenvolver as relações públicas/privadas governamentais e não-governamentais, centrais ou regionais/locais privilegiadas que possibilitem a concretização da missão e finalidades da FPN;

10. Promover uma política de cooperação nacional com restantes organizações desportivas com utilidade pública desportiva, no âmbito da plataforma do desporto federado reforçando o reconhecimento da importância educativa, social e económica do desporto em termos globais e da natação em termos específicos.

Muito obrigado